

Linhas de Pesquisa, conforme indicação dos professores do Curso de Direito da Regional Jataí/UFG, para integração da disciplina de TCC II

Prof. Alexandre

- 1) O processo na construção do Estado Democrático de Direito
- 2) Reconstrução dos paradigmas do Direito Privado no contexto do Estado Democrático de Direito
- 3) Estado, Constituição e Sociedade no paradigma do Estado Democrático de Direito.

Prof. Renato

- 1) Direito Processual e novos direitos, acesso à justiça e a efetividade da prestação jurisdicional

Prof. Hugo

- 1) Análise jurídica da política econômica e de políticas públicas (análises interdisciplinares que levem em conta aspectos econômicos a partir de objetivos jurídicos, estudos que liguem aspectos jurídicos a desenvolvimento e à produção/redução da desigualdade).

Principais disciplinas associadas: Economia Política, Teoria da Constituição, Ciência Política, Direito Constitucional I e II, Direito Internacional Público, Direito do Comércio Internacional.

- 2) Direito Constitucional e seus elementos de crise, transformação e captura (análises voltadas a elementos da conjuntura crítica contemporânea do Direito Constitucional no Brasil, estudos com interesses em mudanças em curso ou realizadas - formais ou informais - em normas constitucionais e titularidades afetadas, análises sobre a ligação entre normas constitucionais - propostas ou existentes - e interesses setoriais, estudos que liguem o direito constitucional a desenvolvimento e à produção/redução da desigualdade).

Principais disciplinas associadas: Teoria da Constituição, Ciência Política, Direito Constitucional I e II, Hermenêutica Jurídica, Filosofia do Direito.

Prof. Carlos

- 1) Direito Civil (obrigações e contratos, direito das coisas, responsabilidade civil, consumidor)
- 2) Direito Falimentar
- 3) Filosofia do Direito.

Prof. Rodrigo

- 1) Processo Administrativo
- 2) Direito Tributário
- 3) Direito Administrativo
- 4) Direito Econômico

Profa. Rosane

- 1) Direito, Estado, Constituição e Relações Étnico-raciais

1.1. Direitos dos Povos Indígenas e Comunidades tradicionais (quilombolas, ciganos...).

1.2. Novo constitucionalismo latino-americano (Estados Plurinacionais e *sumak kawsay*).

2.3. Estado, Diversidade étnico-cultural e Pluralismos Jurídico e Político.

2.4. Estado, Diversidade étnico-cultural e Pluralismo Religioso.

- 2) Direito Internacional dos Refugiados

2.1. O sistema internacional de proteção aos refugiados.

2.2. O sistema latino-americano de proteção aos refugiados.

2.3. O sistema brasileiro de proteção aos refugiados.

- 3) Direito e Bioética

3.1. Direito e Bioética em contextos de desigualdades socioeconômicas (Brasil e América Latina)

3.2. Direito e Bioética em face de novas tecnologias (transplantes, novos fármacos, etc.)

3.3. Direito e Bioética em face de questões ambientais (direitos dos animais, agrotóxicos, OGMs, etc.)

4) Direitos Humanos

4.1. Direito humano à comunicação (rádios comunitárias, mídias sociais, monopólio de comunicação)

4.2. Direito humano à moradia.

4.3. Escravidão e Direito humano ao trabalho.

4.4. Direitos das pessoas com deficiência.

Profa. Sirlene

1) Direito Individual do Trabalho

2) Processo do Trabalho

3) Direito Previdenciário

Profa. Liliane

1) Desenvolvimento regional, sociedade e meio ambiente

Principais disciplinas relacionadas: Direito Ambiental, Direito Agrário, Sociologia, Economia Política

2) Estado, políticas públicas e desenvolvimento sustentável

Principais disciplinas relacionadas: Ciência Política, Teoria Geral do Estado, Direito Ambiental, Direito Agrário, Economia Política, Direito Econômico e da Concorrência, Direito Internacional Público

3) A efetividade do Direito Civil contemporâneo

Essa linha de pesquisa compreende as seguintes análises:

a) Os novos princípios contratuais

- b) Os direitos reais, a propriedade e os desdobramentos na dinâmica socioespacial
- c) A repersonalização e os novos arranjos nas relações de família

Principais disciplinas relacionadas: Direito Civil IV (Contratos), Direito Civil V (Direitos reais), Direito Civil VI (Família).

Profa. Fernanda

1) Fundamentos do Direito

Temas de teoria do direito, filosofia do direito, hermenêutica jurídica e sociologia jurídica.

2) Direitos Humanos

Temas de direitos humanos em geral. Ênfase em decisões das cortes, diálogo das cortes, direitos das mulheres, igualdade de gênero e famílias, direitos humanos e empresas, especialmente envolvendo mineradoras.

3) Movimentos sociais e participação popular

Ênfase na abordagem luhmanniana sobre movimentos sociais, alteração semântica e transformação da política e do direito pelos movimentos sociais, também análise da participação popular nos procedimentos de licenciamento ambiental, entre outros.

4) Ensino Jurídico

Ênfase da abordagem waratiana sobre o direito e a mediação, pesquisa empírica sobre a situação do ensino jurídico, relações entre direito, arte e ensino, especialmente focado no teatro e na literatura.

5) Biodireito

Ênfase em ética nas pesquisas científicas, intervenções no corpo humano, fundamentos filosóficos da relação entre direito e ciência, entre outros.

Prof. Dr. Diego Augusto Diehl

1) Direitos humanos e movimentos sociais

2) Criminologia crítica

- 3) Sociologia brasileira
- 4) Sociologia jurídica latino-americana
- 5) Filosofia da libertação

Profa. Dra. Maria Cristina Cardoso Pereira

Temas e linhas de Pesquisa

Linhas de pesquisa:

- 1) Trabalho, Estado e sociedade
- 2) Sociedade civil, democracia e mundos do trabalho
- 3) Ensino superior, conflito e mudanças sociais

Temas sugeridos

- transformações no ensino superior, conflito e mudanças sociais. O tema aborda a relação entre processos de mudança social e a emergência de conflitos associados às reformas universitárias e às transformações no sistema de ensino superior no Brasil a partir dos anos 1990.
- Processos convivalistas x ativismo judicial. Estudos de caso. O conceito de convivialidade foi introduzido nas humanidades a partir dos anos setenta. Ivan Illich elabora um manifesto cujo ponto central é o apelo normativo ao autorrefreamento, o que envolve formas de negociação alternativas ao conflito levado à esfera do judiciário. O tema busca investigar formas de solução de conflitos que se estabelecem a partir de articulações e negociações microsociológicas (Gilroy).
- Novas estratégias patronais e reorganização do trabalho nos anos 2000. Os anos 2000 revelaram-se um terreno em que se consolidou o discurso de que novas estratégias empresariais que alteravam a produtividade seriam a solução para elevar a competitividade do país em uma economia fortemente globalizada. Ocorre que várias dessas estratégias resultaram em uma desregulamentação acentuada das relações de trabalho, com precarização do emprego e redução de benefícios sociais. A partir desta constatação, busca-se identificar, em nível local, de que maneira o emprego foi afetado pelos modelos de organização do trabalho, em especial na região sudoeste de Goiás.
- Sindicatos, ações coletivas e reorganização do trabalho. O campo de direitos cuja tutela não pode ser efetuada de maneira plena pelos indivíduos singularmente

interessados constitui um reconhecimento e ao mesmo tempo ampliação da proteção aos trabalhadores. O tema tem como objetivo o estudo da ação sindical e sua ampliação no campo da relação de trabalho onde a lesão a interesses transindividuais se faz notar, tais como as práticas de exploração do trabalho da criança e do adolescente, discriminação ao trabalho feminino, de grupos étnicos raciais e o trabalho escravo.

- Como decidem as cortes trabalhistas no Brasil? As cortes trabalhistas brasileiras passaram a ser sistematicamente instadas a se manifestarem sobre direitos inscritos na Constituição Federal de 1988 de maneira crescente. O marco temporal dessa efervescência judicial foram os anos 1900, quando o Judiciário trabalhista passou a recepcionar volumes cada vez maiores de processos 2 judiciais tanto de cunho individual quanto coletivo. Esse tema visa identificar setores que apresentaram forte demanda em termos do judiciário trabalhista, ao mesmo tempo que verificar de que maneira as cortes trabalhistas absorveram (ou não) argumentos que procuram desnaturalizar desigualdades sociais e pressionam o direito a manifestar-se sobre questões como redistribuição e abuso de direito econômico.

- A Ordem dos advogados do Brasil e o golpe militar O tema se insere em pesquisa que já vem sendo desenvolvida pela docente e que consiste em um mapeamento dos interesses (especialmente de cunho previdenciário, mas não só) que nortearam vários posicionamentos da Ordem no âmbito do golpe militar de 1964 e nos anos posteriores. Os recortes são feitos bianualmente e o projeto consiste em analisar as atas do pleno da OAB Federal entre 1964 e 1988.

- Doenças ocupacionais e responsabilização de empresas pelo adoecimento dos trabalhadores - o comportamento do TST na revisão de fixação de valores. Várias doenças ocupacionais têm surgido no mundo do trabalho, especialmente em decorrência da introdução de novas tecnologias. Entretanto, nem sempre o TST tem observado conexão entre o caso individual de adoecimento e o quadro geral de lesões que uma determinada atividade pode causar aos seus empregados. Essa situação (em que sempre é evocada a Súmula 126 do TST) tem informado a percepção, por parte do TST, de que a doença não é, em regra, fator decorrente das condições gerais de trabalho. A linha visa investigar essa constatação em vários setores produtivos, assim como identificar quais as linhas de argumentação têm sido adotadas pelo TST.

Outros temas possíveis:

Trabalho doméstico, interseccionalidade e consubstancialidade
Getulismo e trabalhismo - origens da legislação do trabalho no Brasil
Judicialização e judiciarização das relações sociais no Brasil

Prof. Marcos Porto

- 1) Direitos humanos fundamentais e retórica jurídica
- 2) Processo judicial - teorias normativas e fundamentos políticos
- 3) Democracia, igualdade e combate à discriminação
- 4) Direito e exclusão social

Prof. André Felipe Soares de Arruda

Linhas de pesquisa:

I. ANÁMA ETÁ – Os novos arranjos jurídicos decorrentes do Direito Constitucional Civil.

Descrição: Investiga as relações jurídicas de direito privado afetadas pelo texto constitucional fundadas na dignidade da pessoa humana e em uma sociedade justa e solidária, atribuindo maior enfoque ao Direito das Famílias e Sucessões em expansão.

1. Direito Constitucional Civil (alguns temas)
 - 1.1 Direito das Famílias em expansão
 - 1.2 A filiação na pós-modernidade
 - 1.3 O regime de bens: direito patrimonial de família
 - 1.4 Isonomia das entidades e dos componentes das entidades familiares
 - 1.5 Direito das Sucessões em expansão
 - 1.6 Fundamentos socioeconômicos da sucessão
 - 1.7 Frações ideais (?)
 - 1.8 Planejamento de herança

II. INDEBO – Efetividade dos Direitos Difusos e Tutela da Coletividade

Descrição: Investiga a evolução histórica que interessam à atualidade e efetividade dos Direitos Coletivos. Estuda a aproximação das disciplinas do Direito Privado e Direito Público apontando os enfoques jurídicos especiais dos interesses públicos, privados e coletivos.

1. Direitos Difusos e Coletivos (alguns temas)

- 1.1 Bens difusos e coletivos
- 1.2 Participação popular na gestão dos bens difusos
- 1.3 Sistemas de Direitos Difusos (Direito Ambiental, Consumidor, Estatuto da Criança e do Adolescente, entre outros)

III. IBY – Conflitos Urbanos, Rurais e Socioambientais

Descrição: Investiga as relações entre o Direito Ambiental e Urbanístico contemporâneo, de maneira inter/multi/transdisciplinar. A investigação é fundada na dignidade humana, e busca a concretização da sadia qualidade de vida de todas e todos, nos meios naturais, artificiais e culturais.

1. Direito Ambiental (alguns temas)

- 1.1 Direito Ambiental Constitucional
- 1.2 Estado Socioambiental de Direito
- 1.3 Direito Ambiental Tributário
- 1.4 Licenciamento Ambiental
- 1.5 Economia Ecológica
- 1.6 Antropocentrismo, biocentrismo e ecocentrismo

2. Direito Ambiental Artificial (alguns temas)

- 2.1 Função Social da Propriedade
- 2.2 Planejamento Urbanístico
- 2.3 Política de Desenvolvimento Urbano
- 2.4 Funções Socioambientais das Cidades
- 2.5 Licenciamento Urbanístico
- 2.6 Plano Diretor
- 2.7 Cidades Sustentáveis
- 2.8 Regularização Fundiária de assentamentos irregulares

3. Direito Ambiental Natural e Sustentabilidade (alguns temas)

- 3.1 Direito Ambiental e Sustentabilidade
- 3.2 Política Nacional do Meio Ambiente
- 3.3 Resíduos Sólidos
- 3.4 Logística Reversa

4. Direito Ambiental Cultural (alguns temas)

- 4.1 Patrimônio histórico-cultural
- 4.2 Bens culturais

4.3 Manifestações culturais

IV. CATÚ RUPI – A Sociedade de Massa e as Relações Jurídicas de Consumo

Descrição: Investiga as relações jurídicas de consumo surgidas a partir da sociedade de massa e da adoção de modelos e contratos padronizados. Estuda os modos de produção e consumo, e a harmonização entre demandas reais e supérfluas.

1. Relações Jurídicas de Consumo (alguns temas)

1.1 Tutela jurisdicional do consumidor

1.2 Tutela administrativa do consumidor

1.3 Plataformas das relações de consumo

1.4 Sistema Nacional de Defesa do Consumidor

1.5 Direitos básicos do Consumidor

1.6 Responsabilidade nas Relações de Consumo

V. CETÊ – O Humano e o Pós-humano: estudos sobre Bioética e Biodireito

Descrição: Investiga as questões ético-jurídicas relacionadas à vida, à pessoa humana e à sociedade, tanto no contexto das evoluções tecnológicas quanto das descobertas científicas.

1. Bioética e Biodireito (alguns temas)

1.1 Bioética e Biodireito contemporâneo

1.2 Vida e liberdade

1.3 Ciência e Razão

1.4 Trans e Pós-humanismo

1.5 Pesquisas com seres humanos

1.6 Pesquisa com animais

1.7 OGM's

1.8 Vida embrionária

1.9 Reprodução assistida

VI. CÁB'AMA – O Direito na Sociedade do Conhecimento

Descrição: Investiga o estudo das relações jurídicas no novo ambiente da sociedade do Conhecimento, enfatizando a evolução por que vêm passando as concepções de indivíduo, pessoa humana, sujeito de direito e as plataformas de interação neste meio ambiente digital. Estuda também os aspectos jurídicos do uso da tecnologia da

informação, com fundamento no crescente desenvolvimento das redes informacionais e sua importância nas relações jurídicas.

1. Sociedade da Informação (alguns temas)

1.1 Marco Civil da Internet

1.2 Comunicação e difusão

1.3 Direito ao Esquecimento

1.4 Direito e Tecnologia

VII. GUAÇUÇABA – Direitos Humanos, Sociedade e Cidadania

Descrição: Investiga os direitos civis, políticos e sócio-econômico-culturais, destacando, a natureza política em sentido amplo dos direitos humanos. Questiona-se se os direitos humanos dependem de uma forma determinada do Estado e questiona-se também o processo de constituição de direitos para além do Estado. Estuda também o acesso à cidadania por meio dos processos de reivindicação de direitos ainda não reconhecidos pelo Estado e suas instituições, fundados na democracia pluralista e popular (incompatível com formas autoritárias).

1. Direitos Humanos (alguns temas)

1.1 Democracia

1.2 Igualdade

1.3 Educação e saúde

1.4 Combate à exclusão social e à discriminação

1.5 Diversidade e Multiculturalismo

1.6 Dimensões (Gerações) dos Direitos Humanos